

Notas sobre a noção de "fronteira" de Boaventura de Sousa Santos e a trilogia *Os filhos de Próspero*, de Ruy Duarte de Carvalho.

Anita Martins Rodrigues de Moraes\*

**RESUMO:** Neste trabalho, investigo convergências e divergências entre o projeto literário do escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho, com foco na trilogia *Os filhos de Próspero*, e o que podemos alinhar de projeto utópico de Boaventura de Sousa Santos. Na primeira parte do artigo, desenvolverei considerações sobre a noção de "fronteira" como delineada por Santos; na segunda parte, tratarei da produtividade de alguns aspectos desta noção para abordagem da obra de Ruy Duarte de Carvalho; já na terceira parte, apontarei a firme distância que a obra do escritor angolano mantém com relação a qualquer valorização do colonialismo português, gesto a que a noção de "fronteira", como traço da "identidade portuguesa", pode conduzir.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade de fronteira, colonialismo português, ciência e literatura.

**ABSTRACT:** In this paper I will compare certain aspects of what one may call Santos's "utopian project" with the literary work of Ruy Duarte de Carvalho, in particular the trilogy *Os filhos de Próspero* [The Prospero's Sons]. In the first part of the article, I develop considerations on the notion of "fronteira" as outlined by Santos; in the second part, I deal with the productivity of some aspects of this notion as an approach to the work of Ruy Duarte de Carvalho; while in the third part, I discuss the resolute distance that the Angolan writer's maintains with respect attributing the slightest value to Portuguese colonialism, a gesture to which the notion of "fronteira" as a trait of "Portuguese identity", advocated by Santos, may lead

**KEYWORD:** frontier identity, Portuguese colonialism, science and literature.

---

\* Universidade  
Federal Fluminense  
(UFF)

No ensaio “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”, incluído em *Pela mão de Alice* (1994), Boaventura de Sousa Santos sugere que Portugal teria configurado uma forma cultural específica e bastante positiva. A noção de “cultura de fronteira” surge como aspecto decisivo da identidade portuguesa, sugerindo-se que esta seria uma identidade fronteiriça. Boaventura de Sousa Santos entende que o Estado português nunca teria sido suficientemente forte para promover a supremacia do espaço nacional em detrimento do local e do transnacional (o que teria ocorrido nos países centrais da Europa, como Inglaterra e França, ao longo do XIX). Nessa indistinção com relação ao exterior, ganha destaque a proximidade com o colonizado: Portugal nunca teria sido suficientemente “semelhante às identificações culturais positivas que eram as culturas européias, nem suficientemente diferente de outras identificações negativas que eram, desde o século XV, os outros, os não europeus” (1994; p. 151). Boaventura de Sousa Santos fala em “matriz intermédia, semiperiférica, da cultura portuguesa” (1994; p. 151) associada ao fato de os “Portugueses terem sido, a partir do século XVII (...) o único povo europeu que, ao mesmo tempo que observava e considerava os povos das suas colônias como primitivos ou selvagens, era, ele próprio, observado e considerado, por viajantes da Europa do Norte, como primitivo e selvagem.” (1994; p. 152) Santos destaca, então, certas características bastante positivas da “cultura de fronteira”: a criatividade e subversão cultural (1994; p. 153), o cosmopolitismo (1994; p. 153), a carnavalização dos produtos culturais incorporados, “atitude mais lúdica que profilática, mais feita de consciência da inconsequência do que da consciência de superioridade” (1994; p. 154), carnavalização esta associada ao suposto “elemento barroco da cultura portuguesa” (1994; p. 153, nota 4). O autor se encaminha para a conclusão de seu ensaio sugerindo “que esta forma cultural tem igualmente vigência, ainda que de modo muito diferenciado, no Brasil, e de modo mais remoto, nos países africanos de língua oficial portuguesa”. (p. 154) Apesar de ponderar que é necessário lembrar a “assimetria matricial” entre o português e os casos brasileiro e africano, dada a “imposição violenta do primeiro”, ganha destaque a

positividade da identidade fronteiriça, dotada de “riqueza e virtualidades”, riqueza que estaria “acima de tudo, na disponibilidade multicultural da zona fronteiriça”. (p.155).

A noção de fronteira ressurge no ensaio “Não dispare sobre o utopista”, capítulo final de *Crítica da razão indolente* (2000). Neste ensaio, porém, a noção de fronteira apresenta-se dissociada da identidade cultural portuguesa. Trata-se de propor formas de subjetividade emancipatórias, dispostas a lutar por um novo paradigma civilizacional. Boaventura de Sousa Santos recorre, então, ao discurso utópico, imaginando quais subjetividades, pessoais e coletivas, estariam aptas a promover ou consolidar a mudança paradigmática que seu trabalho anuncia. Sua proposição central parece ser a de que vivemos um momento de crise paradigmática, ou seja, crise do paradigma da modernidade, havendo sinais de um paradigma emergente, alternativo. O autor leva adiante suas reflexões sobre a modernidade ocidental, retomando em vários aspectos *Pela mão de Alice* (1994) e *Um Discurso sobre as ciências* (1988). Acusa a hegemonia do conhecimento científico sobre outras formas de conhecimento, como também sua vinculação aos interesses de mercado.

Tal movimento (hegemonia da ciência e submissão desta ao mercado) teria produzido desequilíbrio entre forças regulatórias e emancipatórias da modernidade, produzindo-se um excesso de regulação em detrimento da emancipação (especialmente a partir do século XVIII, com a associação entre ciência e desenvolvimento tecnológico, resultando no que chama de “automatismo da tecnologia”). O desafio presente seria escavar na modernidade potencialidades emancipatórias marginalizadas ou apagadas, como também procurar contribuições em outras tradições culturais, de maneira a se lutar por um novo paradigma (em *Pela mão de Alice*, alcunhado de “eco-socialista”), em que a emancipação não seja tragada pela regulação. Quais as subjetividades imaginadas pelo autor como capazes de lutar por tal projeto? A subjetividade de fronteira, a subjetividade barroca e a subjetividade do sul. Vejamos como o autor define a subjetividade barroca:

Tal como aconteceu com o conceito de fronteira, utilizo o barroco enquanto metáfora cultural para designar o tipo de subjetividade e de sociabilidade capaz de explorar e de querer explorar as potencialidades emancipatórias da transição paradigmática. (...) Tanto o Brasil como os outros países latino-americanos foram colonizados por centros fracos, respectivamente Portugal e Espanha. (...) A partir do século XVII, as colônias ficaram mais ou menos entregues a si próprias, uma marginalização que possibilitou uma criatividade cultural e social específica, diversificadamente elaborada em múltiplas combinações, ora altamente codificada, ora caóticas, ora eruditas, ora populares, ora oficiais, ora ilegais.(...) Interesse-me por esta forma de barroco porque, enquanto manifestação de um exemplo extremo da fraqueza do centro, constitui um campo privilegiado para o desenvolvimento de uma imaginação centrífuga, subversiva e blasfema. Por se formar nas margens mais extremas, o barroco coaduna-se surpreendentemente bem com a fronteira. Se o barroco europeu é o Sul do Norte, é no Sul desse Sul que o barroco latino-americano se desenvolve. (SANTOS, 357-358)

Pode-se notar, nesta passagem, o deslizamento entre o uso do termo “barroco” enquanto uma metáfora e o uso da categoria “barroco” como adequada para descrever uma cultura específica – a produzida em Portugal, Espanha e América Latina no século XVII.<sup>1</sup> O autor interpreta esta produção cultural (aliás, bastante vasta) e seleciona traços supostamente seus para delinear certa forma de subjetividade que, contemporaneamente, estaria empenhada em “explorar criativamente” um período de transição paradigmática. Tal procedimento – partir de certa experiência histórica concreta para delinear metáfora útil na elaboração de uma “subjetividade emancipatória” – resulta no deslizamento de traços da subjetividade imaginada para a experiência histórica de partida (o barroco ibero-icano). Penso que, no que se refere à noção de fronteira”, Santos se vale do mesmo procedimento, de maneira que experiências históricas são investidas de positividade que, em princípio, seria própria da subjetividade emancipatória imaginada, utópica.

---

1 Para uma leitura crítica do uso do conceito de “barroco” para descrição das práticas letradas seiscentistas na Espanha, Portugal e Brasil, ler João Adolfo Hansen (1989; 1994).

Nota-se, ainda, que o trecho citado deixa clara a imbricação entre as noções de Barroco, Fronteira e Sul no pensamento de Santos. Vemos também que as periferias são particularmente caras ao autor, que vê nas margens do poder (no Sul, nas fronteiras) espaços propícios para o desenvolvimento de modos de sociabilidade e de pensamento alternativos aos do centro. Trata-se, afinal, de um convite à luta contra os centros hegemônicos de poder e de saber:

Só o extremismo das formas permite que a subjetividade barroca mantenha a turbulência e a excitação necessárias para continuar a luta pelas causas emancipatórias, num mundo onde a emancipação foi subjugada ou absorvida pela regulação. Falar de extremismo é falar de escavação arqueológica no magma regulatório a fim de recuperar a chama emancipatória, por muito enfraquecida que ela esteja. (SANTOS, p. 362)

Enfoco, neste estudo, o primeiro tipo de subjetividade proposto pelo autor, a subjetividade de fronteira, contudo, é importante destacar que o barroco é também, para Santos, atributo da cultura portuguesa (como vimos em *Pela mão de Alice*), tanto quanto o caráter fronteiriço – e também o Sul, pois Portugal parece ser o Sul no Norte, ou o Sul na Europa. Os atributos positivos da cultura ou identidade portuguesa, sugeridos em *Pela mão de Alice*, são exatamente os mesmos que caracterizam as subjetividades emancipatórias delineadas pelo autor em *Crítica da razão indolente* (a fronteira, o barroco e o Sul).

Para esboçar uma subjetividade fronteiriça, Boaventura de Sousa Santos recorre a estudos sobre comunidades de fronteira especialmente ocupadas da cultura de fronteira norte-americana, implicada na conquista do oeste. Segundo o autor, sua abordagem não terá preocupação com exatidão histórica (2000; p. 347), pois o que busca é construir um tipo-ideal da sociabilidade de fronteira, para, então, traçar uma das formas de subjetividade dispostas a lutar pela consolidação de um paradigma emergente. É, porém, importante reter que, se no que tange aos estudos sobre a fronteira norte-americana não há preocupação do autor com exatidão histórica, quando dos estudos do

do colonialismo português a noção de fronteira surge como chave explicativa de uma dinâmica cultural desenvolvida ao longo de séculos de “contato” entre “semicolinizadores” portugueses e “semicolinizados” da África, da América e da Ásia (como vimos, este é o empenho do autor em *Pela mão de Alice*).

A sociabilidade de fronteira teria algumas características especialmente caras a Santos:

(...) uso muito seletivo e instrumental das tradições trazidas para a fronteira por pioneiros e emigrantes; invenção de novas formas de sociabilidade; hierarquias fracas; pluralidade de poderes e ordens jurídicas; fluidez das relações sociais; promiscuidade entre estranhos e íntimos; mistura de heranças e invenções. (2000, p. 347)

O trânsito (ou oscilação) entre a recuperação de aspectos de uma experiência histórica particular (as comunidades de fronteira decorrentes da expansão colonial inglesa) e a composição da fronteira como metáfora de uma forma de subjetividade que o autor considera positiva – trânsito este que caracteriza a construção argumentativa de Boaventura de Sousa Santos –, convida a múltiplas associações com o projeto literário de Ruy Duarte de Carvalho.

Gostaria de sugerir, inicialmente, que a noção de fronteira, como delineada por Santos, contribui para que se iluminem certos aspectos do projeto literário de Ruy Duarte de Carvalho. Por um lado, este antropólogo-escritor dedicou parte relevante de sua produção a uma região de fronteira específica, o deserto do Namibe, no sul de Angola e norte da Namíbia; por outro, navegou entre diferentes modalidades de conhecimento, transitando entre antropologia e literatura. A cabotagem (navegar nos limites do espaço conhecido, ampliando esses próprios limites) e a hibridação, que surgem no argumento de Boaventura como estratégias próprias da fronteira (2000, p.354-356), parecem-me produtivas para pensarmos a produção de Ruy Duarte de Carvalho. Navegando entre literatura e antropologia, entre ficção e ciência, a trilogia *Os filhos de Próspero* abala e redefine os limites entre tais domínios. Configura, assim, um discurso híbrido, que

não se inscreve completamente nos espaços da ficção, da autobiografia, do ensaio ou da antropologia, mesclando estas formas de conhecimento e representação. De certa forma, podemos dizer que a fronteira é tema da trilogia –como espaço geográfico e forma cultural – e está implicada em sua estrutura mesma, de caráter híbrido.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, estar na fronteira implica numa distância com relação aos centros de poder (a metrópole colonial) e de saber (o paradigma dominante, no caso da modernidade ocidental, científico). Ao sugerir que vivemos um tempo de transição paradigmática, relaciona o paradigma dominante a um centro, ou metrópole, e o emergente a sua margem, ou periferia – tornando-se, a fronteira, figura de nosso tempo presente, dos desafios epistemológicos com que nos deparamos num período de crise. Faz-se preciso saber navegar entre esses paradigmas (habitar a fronteira) e configurar alternativas (novas formas de conhecimento, híbridas). O autor explora, assim, a metáfora da fronteira, refletindo tanto sobre a possibilidade (ou necessidade) atual de se experimentarem relações sociais alternativas como novas formas de conhecimento (2000, p. 355).

A associação do paradigma científico, dominante, aos centros de poder repõe a crítica à ciência moderna levada a cabo pelo autor especialmente em *Um Discurso sobre as ciências* (1988). Trata-se de acusar na dicotomia sujeito/objeto, estruturante do paradigma científico, uma relação desigual de poder. De outra maneira: conhecer teria se tornado, na modernidade ocidental, dominar, controlar, reduzir o que se pretende conhecer a objeto, a coisa a ser manipulada (no que Boaventura de Sousa Santos segue de perto, mesmo que não explicitamente, as proposições de Adorno e Horkheimer desenvolvidas na *Dialética do esclarecimento*). Ao propor uma subjetividade de fronteira como apta a lutar por um paradigma emergente, Boaventura de Sousa Santos aposta numa experiência de identidade que não se dê pela negação do outro (experiência colonial), mas que se permita transitar entre o próprio e o outro. Se a ciência moderna ampara-se na dicotomia entre sujeito e objeto, a subjetividade fronteiriça se esmeraria em borrá-la; se o colonialismo instaura a distinção radical entre o “mesmo” e o “outro”, entre “nós” e “eles”, a fronteira instauraria a ambigüidade, a “promiscuidade entre

estranhos e íntimos” (2000; p. 347).

Na trilogia *Os filhos de Próspero*, tanto a ciência moderna como a experiência colonial são colocadas em perspectiva. Os três livros de Ruy Duarte de Carvalho se armam de maneira a sugerir a condição instável e precária das identidades e das formas de conhecimento. Sempre limitado a perspectivas singulares, o conhecimento possível não se assume imparcial, objetivo e universalmente válido. Ao contrário, a antropologia, a geografia, a geologia e a biologia surgem como disciplinas historicamente devedoras da empresa colonial, ligadas a interesses específicos. No primeiro romance da trilogia, *Os papéis do inglês* (2000), esta associação é, no que tange à antropologia, particularmente evidente.

Interessa-me destacar que o recurso a duplicações e contaminações da figura do narrador-personagem (que, nos três livros, seria o próprio escritor) nos respectivos protagonistas (Perkins, Severo e Trindade) sugere a condição artefactual do “eu”, cuja existência parece depender de estratégias de ficcionalização. O narrador-personagem fala de outros para falar de si, transfigura-se para se conhecer e reconhecer, existindo para si e para os outros (e os outros para si) na medida desse processo de ficcionalização. Processo este que não se encerra, que se desdobra, duplica e ramifica de maneira potencialmente infinita – a própria constituição da trilogia encena esse movimento. O mesmo se pode dizer quanto ao conhecimento do real, ou melhor, a realidade surge implicada num processo de criação e recriação infinita. O leitor é levado a duvidar de que haja uma identidade estável, apta a apreender e revelar realidades objetivas, fixas e apreensíveis pelo sujeito que vê e fala – tanto o sujeito que conhece como o mundo a conhecer se inscrevem num processo dinâmico de invenção.

Em *As paisagens propícias* (2005), segundo romance da trilogia, o narrador-escritor, comentando sua disposição a escrever “num desses famosos cadernos de capa preta” (p. 11), reflete sobre a condição do sujeito da escrita, sugerindo a existência de um narrador que não coincidiria com ele próprio (p. 12). Esta duplicação anunciada de início será repetida na relação do narrador-personagem com o protagonista, Severo, que será também por vezes narrador.<sup>2</sup> Anuncia-se já sobre o que se vai contar:

<sup>2</sup> Para estudo de Severo como um duplo do autor/narrador, conferir dissertação de mestrado de Sonia Miceli (pp. 46-58).

(...) A estória verdadeira, neste caso a viagem, vivida como ficção. Em viagem, portanto, o narrador... Disponível para deixar-se repescar do caminho afundado e solitário que sempre há-de ser da escrita, pelas escritas que o mundo captado expressivo porque imprevisto e “novo”, lhe convida a inscrever como ficção na ficção da sua própria narrativa e na expectativa, sempre, de que daí resulte, aí se dissimule, qualquer coisa que exceda a intenção, o contexto e o labor da escrita, alguma parte daquilo que o comum do dia-a-dia impede de ver, a sobreposição lenta de camadas finas e transparentes da própria ficção do mundo. (2005; p. 13)

Este mundo em processo, sempre novo, é associado a ficção e escrita. Escrever faz-se captar essa dinâmica, de certa maneira imitá-la, revelando-a ao dela participar. Em *A terceira metade* (2009), o narrador partilha com o leitor sua conversa com Trindade em torno de considerações de Severo sobre a poesia:

(...) ..... a realidade não podia ser a natureza criada e feita de uma vez para sempre..... a realidade é e acontece num devir que a inventa, acrescenta e ao mesmo tempo a persegue, porque ela sempre transcorre, com ou sem a participação de um qualquer sujeito..... a experiência poética assumindo assim o papel de co-autor do mundo..... a palavra que funda..... se a palavra é que funda há coisas a nomear, há coisas que a palavra tem a haver e que virão a aumentar ou alterar a totalidade já incomensurável do mundo..... o possível, você não o tem previamente, não o tem antes de ter criado..... chega pelo acontecimento, e não o inverso..... pelas palavras que através de elevação violenta e inesperada revelam a profundidade e a singularidade de uma experiência..... (2009; p. 323)

O caráter artefactual do mundo (em processo de invenção e reinvenção permanente) de que a poesia participaria (ampliando-o e alterando-o) parece corresponder ao caráter artefactual do “eu”, que também existe como devir e invenção, sempre inacabado, em processo. Perkins, Severo e Trindade são personagens que (além de se contaminar de traços do narrador) experimentam deslocamentos que implicam em auto-invenção. O caso de Severo é extremo: precisa se disfarçar de ajudante mudo

do kimbanda para sobreviver no deserto, e de fato acaba por se tornar adivinho (ou por se passar por adivinho...). Trindade, mucuíssio das pedras, desprezado tanto por brancos como por bantos, deve se inventar e reinventar constantemente, lidando com a necessidade de ocidentalização e bantuização. A reinvenção permanente de si é traço destacado por Boaventura de Sousa Santos como constitutivo da subjetividade fronteiriça e marca os sujeitos representados na trilogia *Os filhos de Próspero*.<sup>3</sup> Tal traço implica em novas apostas epistemológicas e formas de representação, como ambos autores podem sugerir.

Se há convergências possíveis entre o projeto literário do antropólogo e escritor angolano e o projeto utópico do pensador português, há divergências que merecem atenção. Retomando a associação entre identidade de fronteira e identidade portuguesa já proposta em *Pela mão de Alice*, Boaventura de Sousa Santos escreve um ensaio que teria bastante fortuna: “Entre Próspero e Caliban” (2002). Neste ensaio, a experiência colonial portuguesa é lida na chave da inter-identidade, recuperando-se e desenvolvendo-se a idéia de que a fraqueza do colonialismo português teria produzido uma experiência cultural e identitária específica, distinta do colonialismo pleno (que seria o colonialismo inglês). O português teria sido a um só tempo colonizador e colonizado, constituindo uma identidade fronteiriça. Como vimos já em *Pela mão de Alice*, Portugal seria, para Santos, uma espécie de Sul do Norte, no Norte. Se lembrarmos das associações produzidas no ensaio “Não dispare sobre o utopista” (de *Crítica da razão indolente*) em torno da metáfora do Sul, veremos que a agressão colonial é um traço do Norte:

---

<sup>3</sup> Não me parece à toa que tanto o narrador-personagem como os protagonistas estão permanentemente em viagem. Sobre a questão, ler “A desmedida de Ruy Duarte de Carvalho: a viagem como síntese e invenção”, de Rita Chaves (2012).

<sup>4</sup> Em *Ecoss do Atlântico Sul*, Omar Ribeiro Thomaz investiga detidamente os discursos coloniais portugueses produzidos no período da ditadura de Salazar. Esta cuidadosa investigação das representações produzidas pelos portugueses a respeito de si e do outro (o colonizado) permite-nos acusar a parcialidade da estratégia de Santos, que privilegia as representações produzidas sobre os portugueses e não pelos mesmos (conferir, do trabalho de Thomaz, especialmente o capítulo "O saber colonial

<sup>5</sup> O trabalho já mencionado de Thomaz evidencia que a ênfase dada à pobreza material do colono português e, em consequência, sua maior disponibilidade à "mistura", tem antecedentes: "Não é estranho pois que, neste momento de afirmação do regime [de Salazar], Agostinho de Campos refira-se à tradição colonial portuguesa como profundamente cristã. Um cristianismo diferente, particular, cuja marca seria sobretudo a capacidade de ver no "outro", o exótico, um ser humano; um cristianismo, segundo Campos, mais tranquilizador para o futuro da raça branca, pois não engendraria ódios ou rancores. (...) Como vemos, "tolerância" e "simpatia" faziam dos portugueses verdadeiros antropófagos no processo de atração e assimilação das populações nativas. A plasticidade lusa em meio à gentes tropicais - associada à antropofagia - fortalecia a ideia de que sem as populações exóticas a nação não poderia realizar-se plenamente. (...) O mesmo autor retrata o colono português na sua dura missão de expandir a Pátria e a fé. Sua situação de pobreza não lhe permitiria rechaçar o trabalho árduo e, ao contrário dos colonos de outros países europeus, o português trabalharia lado a lado com o nativo, reproduzindo, assim, o espírito da Pátria em outras latitudes, o que o aproximaria fisicamente de populações em estágios anteriores de desenvolvimento, facilitando portanto sua assimilação. A contrapartida da pobreza material do colono - e, como consequência, de Portugal - seria a riqueza de espírito." (THOMAZ, p. 120-121)

Devido à sua dificuldade, a crítica da relação imperial deve proceder por fases. Em primeiro lugar, é preciso compreendê-la como imperial, o que nos países centrais significa reconhecer que se é agressor (aprender que existe um Sul). Depois, é preciso identificá-la como profundamente injusta, e como tendo efeito desumanizante, quer na vítima, quer no agressor, o que significa que deixar de ser o agressor é colocar-se do lado da vítima (aprender a ir para o Sul). (SANTOS, 2000; p. 269)

Se Portugal era já o Sul no Norte, não seria suavizada sua posição de agressor? Além disso: não seria, sua experiência histórica de Sul no Norte, útil para o caminho a ser trilhado em direção ao Sul pelo Norte? Afinal, este "caminho" teria sido já trilhado pelos portugueses, forjando-se, como vimos, uma identidade ou cultura de fronteira (SANTOS, 1994). A tese de Santos defendida em "Entre Próspero e Caliban" é justamente a de que os portugueses foram colonizadores e colonizados ao mesmo tempo, constituindo uma inter-identidade (2002; p. 54). A principal estratégia escolhida pelo autor para defender seu argumento consiste em investigar representações a respeito dos portugueses produzidas por outros europeus. Reunindo um conjunto vasto de exemplos, Santos defende que os portugueses foram vistos, especialmente por ingleses e franceses, como não-europeus ou não-brancos, não tendo reconhecida sua condição de Próspero (ou seja, imperial).<sup>4</sup> Como consequência, os portugueses não puderam se identificar plenamente com os papéis do colonizador e do colonizado, existindo "entre" Próspero e Caliban.<sup>5</sup>

Em minha opinião, a positividade da subjetividade de fronteira, como delineada em *Crítica da razão indolente*, contamina a interpretação da história colonial portuguesa neste ensaio posterior. Como vimos já, também em "Modernidade, identidade e cultura de fronteira" (1994), Santos afirmava que os portugueses, através de sua experiência colonial, teriam desenvolvido uma positiva identidade fronteiriça. Santos celebrava, então, tal identidade, destacando sua "riqueza e virtualidades" e "disponibilidade multicultural" (1994; p. 155). Assim, podemos inferir que a experiência identitária portuguesa estaria na vanguarda da construção de uma "subjetividade

emancipatória” (esta, delineada em *Crítica da razão indolente*). O colonialismo português teria, então, produzido uma experiência cultural das mais preciosas, que se guarda também nas ex-colônias (1994; p. 154). ). Minha pergunta é: esta tese não seria mais uma, mesmo que muito sofisticada, versão do “bom colono português”, da ideia de que, em contraposição aos outros colonizadores, o pobre português levaria consigo a disposição para se integrar e construir uma grande nação multicultural?<sup>6</sup> Podemos inclusive pensar, seguindo o raciocínio de Santos, ser a experiência identitária portuguesa recurso para a construção, na contemporaneidade, de “subjetividades” empenhadas em lutar contra a globalização hegemônica (esta, por sua vez, entendida como um legado do colonialismo britânico).

Aqui, a obra de Ruy Duarte de Carvalho caminha, parece-me, noutra direção. O colonialismo português surge como responsável pela implementação de mecanismos de opressão e exploração de tal brutalidade que não haveria lugar para a suposição de diálogo, fluidez e disposição multicultural. A fronteira está à margem do colonialismo português, é sua margem, mas não o caracteriza (a pobreza relativa do colonizador não parece implicar em maior disponibilidade ou identificação com o colonizado, ao contrário). Aliás, a representação do colonialismo português na trilogia enfatiza seu caráter predatório e o empenho em marcar distâncias – raciais, sociais e econômicas. Nesse sentido, é de se destacar a recorrente menção ao massacre dos mucubais (kuvale) levado a cabo pelos colonizadores portugueses. Em *A terceira metade*, o narrador nos conta:

.....sim, Paulino, esses povos todos à volta já eram povos submetidos à lei do imposto.....mas os mucubais eram uma gente com muitos bois e bois melhores que os dos povos de cima da serra e, sobretudo, que não tinha nem queria ter agricultura nenhuma e organizava a vida conforme as necessidades do gado e não as do milho, a andavam portanto sempre em movimento, e não obedeciam nem a reis nem a sobas que os brancos dominassem e pudessem usar como agentes para controlar-lhes, e portanto conseguiam escapar de pagar imposto e de fornecer homens para o sistema de trabalho que os brancos tinham montado nas minas, nas pescarias, nas fazendas de sisal, de café, de

<sup>6</sup> Para conhecer perspectivas distintas da de Santos, conferir, além do já mencionado *Ecos do Atlântico Sul*, de Omar Ribeiro Thomaz, os seguintes ensaios de Arlindo Barbeitos: “Une perspective angolaise sur le lusotropicalisme”, In *Lusotopie 1997*, Paris: Karthala, 1997; “Oliveira Martins, Eça de Queiroz, a raça e o homem negro”, In *Actas da III Reunião Internacional de História de África: A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa 2000

cana..... as autoridades não sabiam nunca onde é que eles paravam para poder lhes controlar..... (...)

E na cabeça de muitos foi medrando então também, com o correr dos anos e a sedimentação do poder dos brancos e da submissão dos negros, que a única forma de acabar de vez com a aberração de uma tal resistência, e ao mesmo tempo a maneira de deitar mão a tanto gado, seria mesmo acabar com eles..... (...) (CARVALHO, 2009; p. 40-41)

A guerra de extermínio dos mucubais (kuvale), conduzida em 1940, delata o caráter predatório e brutal do colonialismo português. A resistência kuvale à ocidentalização, a se tornar peça na engrenagem colonial, conduz as autoridades portuguesas a se engajar em seu extermínio. Entende-se que a suposta disposição à reinvenção de si na relação com a alteridade, que seria experimentada nos espaços do colonialismo português, pode não passar de estratégia de dominação, de incorporação do outro ao próprio, na condição de subalternizado. Quando há resistência à “mistura”, dá-se o extermínio do outro, revelando-se a inconsistência da suposta “disponibilidade multicultural” da “inter-identidade portuguesa”. Lendo a trilogia *Os filhos de Próspero* pergunto-me o que os kuvale teriam a dizer sobre esta disposição multicultural da sociedade portuguesa (e mesmo da angolana) anunciada por Boaventura de Sousa Santos.

Entendo que a obra de Ruy Duarte de Carvalho não permite, por sua vez, posituação da experiência colonial portuguesa, ao contrário. Torna-se necessário, pelo exposto, discernir, dentro da noção agregadora de “fronteira” delineada na obra de Boaventura de Sousa Santos, seus diferentes momentos. Por exemplo: atribuir uma vocação especial (particular e positiva) à experiência colonial portuguesa não é o mesmo que entender a hegemonia do saber científico (ocidental) como implicada no gesto colonial em geral (que produziria margens, podendo ser desestabilizada por estas mesmas margens). Na construção argumentativa de Boaventura de Sousa Santos, ao longo dos três ensaios aqui investigados, estes aspectos estão, contudo, fortemente entrelaçados, de maneira que corremos o risco de, aderindo a uma faceta de seu argumento, tomar como acertado o conjunto de suas

proposições. Parece-me, portanto, ser necessária a revisão crítica da noção agregadora de “fronteira”, ou seja, sua análise e desconstrução. Aqui, procurei produzir esta análise crítica traçando convergências e divergências entre o projeto utópico de Boaventura de Sousa Santos e o projeto literário de Ruy Duarte de Carvalho. No que se refere à cabotagem entre modalidades discursivas e formas de conhecimento, como à necessidade de deslocamento do centro do saber/poder, propostas por Santos, encontramos forte sintonia com estratégias discursivas desenvolvidas por Ruy Duarte de Carvalho. Contudo, a associação que Santos propõe entre identidade de fronteira e a experiência colonial portuguesa me parece muito distante da representação do colonialismo português oferecida pelo escritor angolano. Torna-se, assim, importante evitar a simples adesão e aplicação do pensamento de Santos para a leitura de obras literárias africanas. Estas obras oferecem resistência, convidam à revisão crítica e à reavaliação de algumas das proposições do pensador português.

### Referências

- ADORNO, Theodor; Horkheimer, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BARBEITOS, Arlindo. Oliveira Martins, Eça de Queiroz, a raça e o homem negro. In *Actas da III Reunião Internacional de História de África: A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2000.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os papéis do inglês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. *As paisagens propícias*. Lisboa: Cotovia, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A terceira metade*. Lisboa: Cotovia, 2009.
- CHAVES, Rita. A desmedida de Ruy Duarte de Carvalho: a viagem como síntese e invenção. In: OWEN, Hilary; CHAVES, Rita; APA, Livia; LEITE, Ana Mafalda. (Org.). *Nação e narrativa pós-colonial I*. Lisboa: Colibri, 2012.
- HANSEN, João Adolfo. Pós-moderno e Barroco. In ROCHA, João César de Castro (Org.). *Cadernos de mestrado*. Departamento de Letras - UERJ - Rio de Janeiro: 1994, p.28-55.

\_\_\_\_\_. *A sátira e o engenho*: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MICELI, Sonia. *Contar para vivê-lo, viver para cumprilo*: autocolocação e construção do livro na trilogia ficcional de Ruy Duarte de Carvalho. Dissertação de mestrado: Universidade de Lisboa, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. In *Pela mão de Alice* (1994)

\_\_\_\_\_. Não dispare sobre o utopista. In *Crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Entre Próspero e Caliban. In *Entre ser e estar*: raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*: representações sobre o terceiro império português. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.